



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1.343/2011

“Cria o Conselho de Alimentação Escolar - CAE e dá outras providências”

O povo de Município de Lajinha, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na CÂMARA MUNICIPAL, aprovou e eu, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art, 1º - Fica criado o Conselho de Alimentação Escolar – CAE, órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento, no âmbito de jurisdição administrativa do Município

Art. 2º - O Conselho de Alimentação Escolar - CAE será composto da forma seguinte:

I – 01 (hum) representante do Poder Executivo;

II – 02-(dois) representantes das entidades de trabalhadores a serem escolhidos por meio de assembléia específica;

III – 02-(dois) representantes do corpo discente a serem escolhidos por meio de assembléia específica;

IV – 02-(dois) representantes e pais de alunos, indicados pelos Conselhos Escolares, Associação de Pais e Mestres ou entidades similares, escolhidos por meio de assembléia específica; e

V – 02-(dois) representantes indicados por entidades civis organizadas, escolhidos em assembléia específica.

§ 1º - Cada membro efetivo do CAE terá um suplente da mesma categoria representada.

§ 2º - Os membros do CAE terão mandato de 04-(quatro) anos podendo ser reconduzidos para um novo mandato consecutivo, uma única vez, de acordo com a indicação dos respectivos segmentos representados.

§ 3º - A presidência e a vice-presidência do CAE somente poderão ser exercidas pelos representantes indicados no inciso II, III e IV do caput deste artigo.

§ 4º - O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.

§ 5º - A nomeação dos membros efetivos e suplentes do CAE será feita por decreto do Poder Executivo..



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

§ 6º - Na ocorrência de vacância de membro do CAE o novo membro designado deverá completar o mandato do substituído.

§ 7º - As decisões do CAE serão tomadas por maioria simples cabendo ao seu presidente o voto de desempate.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por alimentação escolar todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo.

Art. 4º - As diretrizes da alimentação escolar, que devem ser observadas pelo CAE, são as seguintes:

I – emprego de alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a sua faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica;

II – a inclusão da educação alimentar e nutricional no processo de ensino e aprendizagem, que **perpasse** pelo currículo escolar, abordando os temas alimentação, nutrição e o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida, na perspectiva da segurança alimentar e nutricional;

III – a universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública municipal de educação básica;

IV – a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelo Município para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada;

V – o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares; e

VI – direito à alimentação escolar, visando a garantir segurança alimentar e nutricional dos alunos, com acesso de forma igualitária, respeitando as diferenças biológicas entre idade e condições de saúde dos alunos que necessitem de atenção específica e aqueles que se encontrem em vulnerabilidade social.

Art. 5º - A alimentação escolar é direito dos alunos da educação básica pública, dever do Município e será promovida e incentivada com vistas ao atendimento das diretrizes estabelecidas no art.4º desta Lei.

Art. 6º - O Município fica obrigado a apresentar ao FNDE, quando este o exigir, a prestação de contas do total dos recursos recebidos para alimentação escolar.

Art. 7º - A aquisição dos gêneros alimentícios, no âmbito do PNAE, deverá obedecer ao cardápio planejado pelo nutricionista e será realizada, sempre que possível,



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

no mesmo ente federativo em que se localizam as escolas, observando-se as diretrizes apontadas no art. 4º desta Lei.

Art. 8º - O CAE deverá observar que o Município, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30%-(trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações.

§ - A aquisição de que trata este artigo poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios inscritos no art. 37 da Constituição Federal e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidos pelas normas que regulamentam a matéria.

§ 2º - A observância do percentual previsto no caput deste artigo será disciplinada pelo FNDE e poderá ser dispensada quando presente uma das circunstâncias seguintes:

I – impossibilidade de emissão do documento fiscal correspondente;

II – inviabilidade de fornecimento regular e constante dos gêneros alimentícios;
e

III – condições higiênico-sanitárias inadequadas.

Art. 9º - Compete ao CAE:

I – acompanhar e fiscalizar o cumprimento das diretrizes estabelecidas na forma do art. 4º desta Lei;

II – acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos destinados à alimentação escolar;

III – zelar pela qualidade dos alimentos, em especial quanto às condições higiênicas, bem como à aceitabilidade dos cardápios oferecidos; e

IV – receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando ou reprovando a execução

IV – receber o relatório anual de gestão do PNAE e emitir parecer conclusivo a respeito, aprovando a execução do programa.

Parágrafo Único – O CAE poderá desenvolver suas atribuições em regime de cooperação com os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional municipal e demais conselhos afins e deverá observar as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA.

Art. 10 – O programa de alimentação escolar, fiscalizado pelo CAE, será executado da forma seguinte:



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

I – com recursos próprios do Município consignados no orçamento anual;

II – com recursos transferidos pela União e pelo Estado; e

III – com recursos financeiros ou de produtos doados por entidades particulares, instituições estrangeiras ou internacionais.

Art. 11 – Sem prejuízo das competências estabelecidas na legislação federal pertinente, o funcionamento, a sua forma de funcionamento e qualquer quorum, não previsto nesta lei, para as deliberações do CAE, bem como as suas demais competências serão definidos pelo Conselho Deliberativo do FNDE.

Art. 12 – As despesas com execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, constantes do orçamento programa do exercício, podendo ser suplementadas se houver necessidade.

Art. 13 – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 03/01/11, revogando as disposições em contrário, especialmente as Lei 964/00 de 08/08/00 e 965/00 de 21/08/2000.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E OITO DIAS DO MÊS DE
SETEMBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE. (28/09/2011)

Ver. PAULO CÉSAR DE OLIVEIRA
Presidente

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 04/11/2011, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais -
At. Legislativo